

JUSTIÇA

Relatório Judicial de Paulo Barreto



O presidente da comarca da Madeira faz o ponto da situação e dá conta da evolução dos processos

VICTOR HUGO
vhugo@dnoticias.pt

Coisas boas, coisas más e coisas assim, assim. É o que se poderá constatar no relatório referente ao ano judicial de 2017 divulgado e assinado pelo presidente do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira. As coisas boas é que apesar de existirem muitas acções pendentes, no final de 2017 existiam 16.838 acções de execução tendo sido encurtado em 2.390 processos em apenas um ano. Há necessidades básicas ao nível da informática, telefones e ainda de investimento no tribunal da Ponta do Sol que espera "há vários anos" por melhoramentos. Analisemos a evolução de cada juízo.

Juízo de família e menores

Em Janeiro de 2017, o número de processos pendentes era de 1.500 e no fim do ano estão pendentes 876. O número de processos findos é de 2.540 processos e entraram no ano 2.015. A taxa de resolução é de 126%, "o que é muito bom para um tribunal com tanto processo e com tanto drama social", dá conta o presidente da comarca. De resto, os processos pendentes "mais antigos são praticamente de 2016/7, o que significa que o juízo de família e menores está a responder muito bem às solicitações", considera até por indicar que as diligências não urgentes estão a ser marcadas a um ou dois meses e o cumprimento dos despachos está uniforme entre as unidades, sendo, em regra, "abaixo dos 10 dias". A pendência de secretaria dava-nos 3.506 pendentes em Janeiro 2017 e 2.682 pendentes no fim do ano, o que significa "uma evolução muito positiva".

Juízo central cível

Este juízo iniciou 2017 com 497 processos, entraram ao longo do ano 341, foram findos 468, do que resulta uma pendência no fim do ano de 359 processos. "Uma taxa de resolução de 137%", com a circunstância de se tratar das acções declarativas com maior valor. E se formos ver em particular as acções ordinárias, tinhamos 136 no início do ano, entraram 8, foram findas 91, restando no fim do ano 50 processos. Os julgamentos cíveis estão a ser marcados a três meses e os despachos são cumpridos no próprio dia. A estatística de secretaria diz-nos que em Janeiro eram 856 os processos pendentes, que entraram 345, foram findos 585 e estão 611 pendentes no fim do ano.

Juízo central criminal

Este juízo começou o ano com 132 processos, entraram 112 ao longo do ano, foram findos 126, restando pendentes 118 processos. Importa referir que, nesta pendência, há 92 processos com intervenientes contumazes, pelo que os processos novos para julgar não chegam aos 20.

Os julgamentos estão a ser marcados a 2 meses, embora se deva referir que este juízo decide processos com intervenção do tribunal colectivo e do tribunal de júri, com julgamentos de diversas sessões e arguidos presos, que são forçosamente mais trabalhosos do que a grande maioria dos processos com intervenção do juiz singular. Os despachos são cumpridos no próprio dia.

Em Janeiro eram 554 os processos pendentes, que entraram 113, foram findos 161 e estão 506 pendentes no fim do ano.

Juízo local cível do Funchal

Começou o ano com 834 processos, entraram 987, findaram 1.194, sendo a pendência actual de 624 processos. Uma taxa de resolução positiva de 121%.

Os julgamentos gravados marcados a 2 meses e não gravados a um mês, os despachos cumpridos no próprio dia ou no máximo no dia seguinte.

A estatística de secretaria dá uma pendência no fim do ano de 1.005 processos, substancialmente menos do que no início do ano (1.271).

Julgamentos criminais em São Vicente

O novo redesenho do mapa judiciário resultou que os julgamentos criminais com intervenção do juiz singular voltarão a ser feitos em São Vicente, com deslocação do juiz local do Funchal. São Vicente mantém-se como juízo de proximidade, mas com julgamentos criminais.

Juízo local criminal do Funchal

Este juízo local também não tem problemas. As diligências são marcadas a dois/três meses (note-se que neste prazo estão incluídos os 20 dias para a contestação à acusação) e os despachos cumpridos no próprio dia. O ano terminou com uma taxa de resolução de 116% - começou o ano com 480 e terminou com 332, com 853 entradas e 991 processos findos. Depois, importa notar que 1351 dos processos pendentes têm intervenientes contumazes (31 no juiz 1, 55 no juiz 2 e 49 no juiz 3), que estão suspensos por determinação legal. E, finalmente, também aqui, a esmagadora maioria dos processos por julgar entraram na fase judicial já em 2017, observando-se uma resposta de poucos meses entre a acusação e a sentença.

A pendência de secretaria é: pendentes no início do ano: 1.698, entrados: 859; findos: 1.152; pendentes no fim do semestre: 1.401 processos.

Juízo de competência genérica de Ponta do Sol

As acções sumárias deste juízo reduziram de 24 processos pendentes em Janeiro de 2017 para 15 pendentes no fim do ano. Também as acções especiais diminuíram de 16 para 10. As acções comuns eram 67 e agora são 58. Os inventários baixaram de 43 para 31. E as execuções comuns de 111 para 80. "Isto significa que este juízo tem uma taxa de resolução positiva de 123%", enuncia. Aliás, diga-se que todas as espécies cíveis deste juízo apresentaram diminuição de pendências, acrescanta.

A área criminal do juízo também reduziu de 117 para 90 processos, sendo 39 contumazes (aguardam que seja localizado o paradeiro do arguido), o que significa que, excepcionando estes processos que estão legalmente suspensos, os processos para decidir são ainda menos. Os julgamentos cíveis e criminais estão a ser marcado a 3/5 meses. Os despachos estão, em regra, a ser cumpridos entre 2 e 5 dias.

A estatística de secretaria (processos com decisão, mas ainda não arquivados) deste juízo é de 1.005 processos pendentes no fim do ano, quando era de 1.085 no início do ano.

Juízo de competência genérica de Santa Cruz

Também aqui as acções mais antigas baixaram as suas pendências, tendência que já se vem verificando desde o primeiro ano da instalação da comarca da Madeira. As sumárias de 57 para 11, as sumaríssimas de 76 para 19, as especiais de 61 para 25, as comuns de 98 para 63, os inventários de 88 para 35 e as execuções comuns de 98 para 63. Na jurisdição criminal, o número de processos-crime pendentes baixou de 236 para 143 (sendo que 55 são contumazes). Ora, retirando estes processos de contumazes, que estão legalmente suspensos até à localização do paradeiro do arguido, os processos para decisão não chegam aos 100. Os julgamentos cíveis e criminais estão a ser marcados a 2/3 meses.

A estatística de secretaria (processos com decisão, mas ainda não arquivados) diz-nos que há 1.401 processos pendentes no final deste ano, quando era de 2.535 em 1 de Janeiro de 2017. Os despachos estão a ser cumpridos a 1/3 dias. "Uma taxa de resolução de 158% demonstra o excelente trabalho produzido em Santa Cruz.

Juízo do trabalho

O juízo do trabalho começou o ano com 1.130 processos, entraram 927, findaram 834, sendo a pendência no fim do ano de 1.217 processos. "Uma taxa de resolução de 90%, a única abaixo de 100% de toda a comarca da Madeira", refere. Este resultado espelha a falta de juízes auxiliares, pois um só juiz no juízo do trabalho não consegue assegurar todo o serviço. A marcação de julgamentos está no prazo de 4 a 6 meses e os despachos são cumpridos em cinco dias.

A pendência de secretaria e pendentes no início do ano: 1.541, entrados: 1.046; findos: 918, pendentes no fim do semestre: 1.557 processos.

Falta de telefones

O presidente do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira queixa-se dos meios informáticos disponibilizados e da falta de telefones: "Precisamos telefones para colocar nas salas de audiência". Paralelamente aponta que "a rede informática deveria ter mais largura, para evitar constantes bloqueios, nomeadamente no Citius e nas videoconferências".

Juízo de competência genérica do Porto Santo

Dos 387 processos pendentes na área cível, 266 são execuções, o que significa que o Porto Santo tem muito pouca pendência em sede de acções declarativas (42 acções), divórcios (1), inventários (2) e insolvências (4). Tem ainda 2 autos de regulação do poder paternal, 14 alterações/incumprimentos do poder paternal e 4 processos de promoção/protecção.

No processo criminal baixou o número para julgar (agora apenas 13), sendo 12 destes contumazes.

"A taxa de resolução global do Porto Santo é positiva (104%), que se deve sobretudo ao excelente trabalho desenvolvido pela actual Sr.ª Juíza titular Dr.ª Claudia Ventura, que chegou ao juízo em Setembro de 2017".

No Porto Santo os julgamentos são a cada dois meses e a estatística de secretaria também indica uma diminuição de processos pendentes entre 1 de Janeiro de 2017 (728) e o fim do ano (677), o que decorre, quer do excelente trabalho da Sr.ª Juíza titular, quer da circunstância de, o que já não acontecia há muito, termos completa a equipa de oficiais de justiça no Porto Santo. Os despachos estão a ser cumpridos até 5 dias.